

1 **ATA DA 257ª SESSÃO ORDINÁRIA**

2
3 Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às 15h36, na sala de reuniões do
4 gabinete da Defensoria Pública-Geral, localizada no prédio sede, em Belém, sito à Tv. Padre
5 Prudêncio nº 154 – *facultada a participação de forma virtual, via aplicativo Zoom* – reuniram-se os
6 Membros e Membras do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, o Defensor Público-
7 Geral, JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO, a Subdefensora Pública-Geral, MÔNICA
8 PALHETA FURTADO BELÉM DIAS, o Corregedor-Geral, EDGAR MOREIRA ALAMAR, a Ouvidora-
9 Geral, NORMA MIRANDA BARBOSA, os Conselheiros eleitos: ALEXANDRE MARTINS BASTOS,
10 DYEGO AZEVEDO MAIA, ADONAI OLIVEIRA BRASIL BATISTA FARIAS, SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO e
11 LUIS MARCELO MACEDO DE SOUZA; e o Presidente da ADPEP, MARCUS VINÍCIUS CAMPOS DA
12 SILVEIRA FRANCO, para realização da 257ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Defensoria
13 Pública do Pará.

14

15 **1 – EXPEDIENTE:**

16

17 **1.1) Abertura da sessão, conferência de quórum e instalação da reunião:**

18 Justificada a ausência da conselheira MARIA DE BELÉM BATISTA PEREIRA por motivo de gozo de
19 folga compensatória. Justificada a ausência da conselheira JACQUELINE BASTOS LOUREIRO por
20 motivo de férias. Justificada a ausência do conselheiro ARTHUR CORREA DA SILVA NETO por
21 motivo de férias. Registre-se a presença do Presidente da Associação dos Servidores da Defensoria
22 Pública do Pará, ALEX GONÇALVES SOARES. Verificada a existência de quórum, a sessão foi aberta
23 pelo presidente do Conselho Superior e Defensor Público-Geral, JOÃO PAULO CARNEIRO
24 GONÇALVES LEDO.

25

26 **1.2) Leitura, aprovação e assinatura da ata da reunião anterior, caso esta providência ainda não**
27 **tenha sido tomada.** Não houve

28

29 **1.3) Comunicações do Presidente e dos Conselheiros.**

30 O Presidente informou sobre a entrega de certificados às 03 (três) universidades que mais
31 aprovaram estudantes no processo seletivo de estagiários de nível superior da Defensoria Pública
32 do Pará. O conselheiro ALEXANDRE MARTINS BASTOS, nos termos do Art. 31, §1º, do Regimento
33 Interno do CSDP questionou como está se dando a tramitação/distribuição de processos no
34 âmbito do Conselho Superior. O conselheiro fez uma explanação acerca da tramitação do processo
35 referente ao Planejamento Estratégico. O conselheiro informou que deu entrada na proposição
36 em julho de 2020, que o processo foi votado pelo relator, depois foi baixado em diligência para
37 manifestação do NUJUR, foi baixado em diligências para vistas coletivas, passou 10 (dez) meses na
38 Diretoria Administrativa e Financeira, e que após 987 (novecentos e oitenta e sete) dias de
39 tramitação a Defensoria Pública-Geral avocou o processo determinando o seu arquivamento com
40 base no entendimento que a proposta incorreria em aumento de despesas. O conselheiro
41 ALEXANDRE MARTINS BASTOS informou que no dia 1º de março deu entrada em 03 (três)
42 processos e que foi surpreendido com a não distribuição destes na sessão anterior e de hoje, além
43 de surpreender-se com a distribuição de votação de processo com entrada posterior. O
44 conselheiro destacou que não questiona as prioridades da gestão e a urgência dos processos,
45 porém acha importante manter-se dentro da legalidade, responsabilidade e transparência. O
46 conselheiro exemplificou que o processo da carta de serviços passou 07 (sete) meses na Assessoria
47 de Comunicação antes de ser distribuído. O conselheiro mencionou um processo que trata da
48 desobrigação da comunicação da não interposição de recurso, o qual foi encaminhado à

49 coordenação de políticas criminais e que até hoje não foi distribuído. O conselheiro quis
50 demonstrar que os processos estão passando por uma instrução antes de serem distribuídos e que
51 nisso se perdem e não são apreciados. O conselheiro ALEXANDRE MARTINS BASTOS solicitou
52 esclarecimentos sobre o porquê dos processos não estarem sendo pautados de acordo a previsão
53 do Regimento Interno. O presidente informou que cabe à presidência o despacho de
54 admissibilidade. Informou ainda que quando há apresentação de propostas que tenham impactos
55 econômicos e financeiros a presidência, ao invés de determinar o arquivamento direto, procura
56 tramitar o processo para ver se é possível o encampamento da proposta pela administração. Com
57 relação aos três processos suscitados pelo conselheiro ALEXANDRE MARTINS BASTOS, o
58 presidente informou que após o protocolo na secretaria do conselho, encaminhou as propostas ao
59 assessor para assuntos jurídicos e normativos da Defensoria Pública-Geral, Renan França, para
60 análise sobre a admissibilidade. O presidente enfatizou que existem propostas que não possuem a
61 necessidade de análise por tratarem de matérias de direito ou de regulamentação sem muitas
62 discussões. O presidente concedeu a palavra ao assessor para assuntos jurídicos e normativos
63 Renan França, o qual informou que está analisando a admissibilidade das matérias para que não
64 ocorram vícios e comprometendo-se a analisar com a maior brevidade possível. O assessor
65 informou que a proposta de alteração da resolução do plantão foi protocolada antes das
66 propostas do conselheiro ALEXANDRE MARTINS BASTOS e que há a necessidade de urgência da
67 apreciação da matéria por conta de pendências de pagamentos dos plantões que foram realizados
68 no ano passado pelos servidores e defensores. O assessor explicou que remuneração do plantão
69 está sendo feita por meio de uma diária e que a natureza jurídica da diária não se presta a
70 remunerar o serviço extraordinário. Por conta disso, não é possível implementar o pagamento de
71 um exercício para o outro, razão da adequação jurídica no sentido de que não haja remuneração
72 do plantão e sim indenização de folgas. Por fim, o assessor de assuntos jurídicos informou que
73 existem processos de pagamentos de plantão de dezembro do ano passado e que estes estão
74 sobrestados, daí a urgência na tramitação desse processo. O conselheiro ALEXANDRE MARTINS
75 BASTOS revelou não compreender o motivo pelo qual, mesmo após a retirada dos pontos que
76 gerariam despesas indiretas no processo que trata do planejamento estratégico, este não pôde ser
77 regulamentado. O conselheiro manifestou preocupação com relação a gestões futuras acerca do
78 entendimento e importância do planejamento estratégico, razão pela qual acha importante a sua
79 regulamentação. O conselheiro pontuou que, ironicamente, processos de sua autoria tiveram
80 tramitações muito tardias, como a resolução que trata da desobrigação da comunicação da não
81 interposição de recursos. Ainda em sua manifestação, o conselheiro, com a devida vênia, não vê
82 razões para uma proposta que trata de revisão criminal seja objeto de análise jurídica para
83 verificação de aumento de despesas. O conselheiro ALEXANDRE MARTINS BASTOS enfatizou que o
84 intuito dos questionamentos é contribuir com o fortalecimento e com a solidificação da gestão da
85 Defensoria Pública. O presidente solicitou ao assessor para assuntos jurídicos prioridade na análise
86 dos 03 (três) processos do conselheiro ALEXANDRE MARTINS BASTOS. O presidente elencou as
87 atividades que estão sob a responsabilidade do assessor de assuntos jurídicos Renan França e
88 teceu elogios ao mesmo. O presidente solicitou a este secretário executivo um levantamento dos
89 processos que estão em trâmites no conselho superior. Sobre o tema da transparência, o
90 conselheiro DYEGO AZEVEDO MAIA fez a observação que possui um processo acerca do tema sob
91 sua relatoria e que foi anexada ao processo uma documentação advinda do TCE-PA que trata de
92 diretrizes para alcance de certificações de transparência. Ainda no tema, o conselheiro DYEGO
93 AZEVEDO MAIA sugeriu que não sejam aceitos e-mails que não sejam institucionais. O presidente
94 informou que essa é uma diretriz da gestão e que o assunto está sendo objeto de discussão no
95 âmbito do comitê gestor de tecnologia. O presidente listou as atividades que estão sendo
96 realizadas pelo comitê gestor de tecnologia, bem como informou que o novo site tem previsão

97 para entrar no ar na primeira quinzena de agosto. O conselheiro ADONAI OLIVEIRA BRASIL
98 BATISTA FARIAS comunicou que nos dias 29 e 30 de março, na cidade de Marabá, será realizado
99 um encontro promovido pela Ouvidoria Externa da Defensoria, em parceria com a Defensoria
100 Pública de Marabá, cujo tema será: I ENCONTRO DE FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DA OUVIDORIA
101 E DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, EM MARABÁ, JUNTO À SOCIEDADE CIVIL, REDES DE
102 SERVIÇO, ÓRGÃOS DE JUSTIÇA E PODER PÚBLICO LOCAL. O conselheiro realçou a importância do
103 evento, haja vista que promoverá educação em direitos, articulação das redes, construção de
104 pontes e potencializará a atuação da Defensoria Pública do Pará na região do Carajás. O
105 conselheiro agradeceu o empenho dos defensores que serão painelistas do evento, os
106 defensores(as): José Erickson, Nara Cerqueira, Gisele Brasil, Allysson Castro e Rilker Viana. O
107 conselheiro registrou o apoio da Justiça Federal local, na pessoa do senhor juiz da 2ª Vara Federal,
108 Dr. Heitor Moura Gomes, o qual cedeu o auditório da Justiça Federal sem ônus, inclusive com a
109 cessão de equipe de apoio para o evento. Por fim, o conselheiro ADONAI OLIVEIRA BRASIL
110 BATISTA FARIAS convidou os demais conselheiros para participarem do evento. O presidente
111 estendeu o agradecimento aos defensores participantes do evento. A Ouvidora-Geral, NORMA
112 MIRANDA BARBOSA, realçou a importância desses encontros, na medida em que reforçam a
113 divulgação da missão da Defensoria Pública. A ouvidora informou que no mês de dezembro
114 assumirá a presidência do Conselho Nacional de Ouvidorias Públicas. O presidente parabenizou a
115 ouvidora pela assunção vindoura. O Presidente da Associação dos Servidores da Defensoria
116 Pública do Pará, ALEX GONÇALVES SOARES, informou que provavelmente irá assumir a presidência
117 da Associação Nacional dos Servidores da Defensoria Pública após a ida da atual presidente da
118 Associação nacional para atuar junto ao Ministério dos Direitos Humanos. O presidente
119 parabenizou o presidente da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Pará. Iniciou-se,
120 então, o julgamento do Processo CSDP nº 601/2023.

121
122 **1.4) Relato do Secretário-Executivo sobre as providências tomadas para o cumprimento das**
123 **deliberações da sessão anterior e outros informes:** Não houve.

124
125 **1.5) Distribuição de novos expedientes e redistribuição:**

126 **1.5.1) PROCESSO CSDP Nº 600/2023 – CSDP (PAE Nº 2023/158696)**
127 ASSUNTO: Requerimento de afastamento de curta duração para elaboração de dissertação de
128 mestrado.

129 PROPONENTE: FELÍCIA MARQUES FIUZA NUNES

130 RELATORA: JACQUELINE BASTOS LOUREIRO

131
132 **1.5.2) PROCESSO CSDP Nº 601/2023 – CSDP (PAE Nº2023/268192)**
133 ASSUNTO: Proposta de Resolução que Designa comissão avaliadora dos trabalhos e aprova edital
134 para a concessão do “Prêmio Benedicto Wilfredo Monteiro – Ano 2023”

135 PROPONENTE: RODRIGO AYAN DA SILVA – DIRETOR DA ESDPA

136 RELATORA: ADONAI OLIVEIRA BRASIL BATISTA FARIAS

137
138 **2 – ORDEM DO DIA:**

139
140 **2.1) Discussão e deliberação das matérias constantes na pauta:**

141
142 **2.1.1) PROCESSO CSDP Nº 599/2023 – CSDP (PAE Nº 2023/178986)**
143 ASSUNTO: Proposta que altera a Resolução CSDP nº 299, de 07 de fevereiro de 2022, e proposta
144 de Resolução que dispõe sobre o plantão dos servidores da Defensoria Pública do Estado do Pará.

145 PROPONENTE: DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL.

146 RELATORA: MARIA DE BELÉM BATISTA PEREIRA

147 **O processo será pautado para a próxima sessão ordinária**

148

149 **2.1.2) PROCESSO CSDP Nº 601/2023 – CSDP (PAE Nº2023/268192)**

150 ASSUNTO: Proposta de Resolução que Designa comissão avaliadora dos trabalhos e aprova edital
151 para a concessão do “Prêmio Benedicto Wilfredo Monteiro – Ano 2023”

152 PROPONENTE: RODRIGO AYAN DA SILVA – DIRETOR DA ESDPA

153 RELATORA: ADONAI OLIVEIRA BRASIL BATISTA FARIAS

154 O relator fez a leitura do seu voto. Votou pela aprovação da Resolução e do edital da VIII Edição
155 Prêmio Benedicto Monteiro. O relator solicitou que o parecer do NUPLAN seja juntado aos autos
156 antes da publicação da Resolução e do Edital. **EM VOTAÇÃO:** Não houve divergências acerca do
157 voto do relator. **RESULTADO: À UNANIMIDADE, FOI APROVADA A RESOLUÇÃO QUE DESIGNA**
158 **COMISSÃO AVALIADORA DOS TRABALHOS E APROVA EDITAL PARA A CONCESSÃO DO “PRÊMIO**
159 **BENEDICTO WILFREDO MONTEIRO – ANO 2023”.**

160

161 **2.2) Discussão e deliberação de assuntos de interesse geral da Instituição, de natureza urgente**
162 **ou singela, não constantes na pauta, que, a critério do Conselho, comportem deliberação**
163 **imediate, independentemente da aplicação das normas regimentais de processamento.**

164 O Presidente, em resposta a um ofício da Associação dos Servidores Públicos da Defensoria
165 Pública do Pará (ASDPUB) solicitando reajuste salarial, informou que está aguardando a definição
166 do percentual de reposição salarial proposto pelo governo do Estado do Pará. O presidente
167 informou que não há momento político para apresentação de projeto de lei com percentual
168 diferente do proposto pelo governo estadual. O presidente da ASDPUB esclareceu que solicitou
169 estudo sobre as perdas no período de 2016 a 2022. Pontuou que ano passado os servidores
170 receberam reajuste baseado em projeto semelhante ao do Tribunal de Justiça do Estado do Pará,
171 sendo as realidades dos servidores da Defensoria bem diferentes da dos servidores do Tribunal de
172 Justiça. O presidente da ASDPUB informou que, segundo os estudos realizados, as perdas
173 inflacionárias giram em torno de 22% (vinte e dois por cento), considerando-se a data base de
174 2022, e em torno de 24% (vinte e quatro por cento) considerando a data base de 2023. O
175 presidente explicou que qualquer melhoria remuneratória tem que estar prevista na Lei
176 Orçamentária Anual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Explicou ainda que a Lei Orçamentária
177 Anual já prevê a reposição da inflação e que com base nessa lei é possível o envio de proposta de
178 reajuste inflacionário. O presidente informou que solicitou estudos para elaboração de projeto de
179 lei que atendam as demandas dos servidores e que não impactem de forma direta o aspecto
180 financeiro. O conselheiro ALEXANDRE MARTINS BASTOS enfatizou que no dia 21 de março
181 comemora-se o dia internacional da Síndrome de Down. O conselheiro pontuou que a Resolução
182 aprovada pelo Conselho Superior no ano de 2021 tem sido copiada por várias Defensorias
183 Públicas. Lembrou ainda que a Resolução aprovada trouxe a possibilidade de criação de uma
184 comissão de acessibilidade na instituição. Ainda em sua manifestação, destacou que a campanha
185 desse ano da ANADEP gira em torno do tema inclusão e acessibilidade. O conselheiro, então,
186 solicitou que essa possibilidade da comissão de acessibilidade fosse implementada na instituição,
187 a fim de que a Defensoria Pública possa avançar com relação à temática. O presidente
188 comprometeu-se em revisar a norma para que se possa criar a comissão. O presidente expôs a
189 necessidade de acompanhamento e revisão das comissões que até então foram criadas. O
190 presidente da ASDPUB, Alex Gonçalves Soares, relatou reconhecimento dos avanços relacionados
191 à valorização do ticket alimentação, diárias e plantão. Porém, informou que a categoria tem
192 preocupação quando da sua aposentaria, pois alguns benefícios não são incorporados. O

193 presidente da ASDPUB entende que valorizar o servidor é valorizar o seu salário-base e externou a
194 importância do estudo das perdas desde o ano de 2016. O presidente informou que por questões
195 financeiras e orçamentárias não será possível uma reposição à altura da que foi concedida no ano
196 passado, que a Defensoria Pública irá acompanhar o percentual adotado pelo Governo do Estado.
197 O presidente pontuou que não pode encaminhar um projeto de lei apartado, com um percentual
198 diferente, pois correria o risco de indeferimento e a instituição ficar sem a reposição inflacionária.
199 O presidente sugeriu que a associação some esforço com outras categorias e pleiteie um reajuste
200 a maior junto à SEPLAD.

201
202 **2.3) Encerramento da Sessão.** O Presidente do Conselho Superior agradeceu pela presença de
203 todos e mandou encerrar, às 17h34, a presente ATA que foi lavrada por mim, Wagner Romulo
204 Pinho de Souza, Secretário Executivo do Conselho Superior, que após lida e aprovada, vai assinada
205 pelos (as) Excelentíssimos (as) Membros (as) Natos (as) e demais Conselheiros (as) do Egrégio
206 Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará.

207

208 **JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO**

209 Presidente do Conselho Superior

210 Defensor Público-Geral

211 Membro Nato

212

213 **MÔNICA PALHETA FURTADO BELÉM DIAS**

214 Subdefensora Pública-Geral

215 Membro Nata

216

217 **EDGAR MOREIRA ALAMAR**

218 Corregedor-Geral

219 Membro Nato

220

221 **NORMA MIRANDA BARBOSA**

222 Ouvidora-Geral

223 Membro Nata

224

225 **ALEXANDRE MARTINS BASTOS**

226 Membro Titular

227

228 **DYEGO AZEVEDO MAIA**

229 Membro Titular

230

231 **ADONAI OLIVEIRA BRASIL BATISTA FARIAS**

232 Membro titular

233

234 **SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO**

235 Membro Suplente

236

237 **LUIS MARCELO MACEDO DE SOUZA**

238 Membro Titular

239

240 **MARCUS VINÍCIUS CAMPOS DA SILVEIRA FRANCO**

241 Representante da ADPEP